

Workshop sobre implementação de políticas curriculares

Coordenado por Alejandra Arratia Martínez

Durante os workshops do Fórum Regional de Política Educacional - intitulado "Como enfrentar a crise de aprendizagem na América Latina e no Caribe" - representantes dos ministérios da educação da região, organizações internacionais e regionais, e outros atores do sistema educacional trabalharam de maneira articulada e participativa em torno de quatro eixos: políticas curriculares, avaliação da aprendizagem, políticas docentes e políticas digitais. Como resultado, foram identificados desafios e recomendações para enfrentar a crise de aprendizagem.

Este documento reúne os principais pontos destacados em termos de políticas curriculares.

DESAFIOS

Legitimidade

- 1) Escassa participação das comunidades educacionais que, por meio da representatividade, dão voz aos diferentes atores nas definições curriculares.
- 2) Desconexão entre os tomadores de decisão nas políticas curriculares e os atores do sistema educacional (relacionado com o desafio de assegurar a participação de diferentes atores).
- 3) Falta de uma visão compartilhada entre os diferentes atores que identifique e responda adequadamente às diferentes demandas, contextos e mudanças sociais, a fim de tornar o currículo atraente e significativo, especialmente para aqueles que estavam fora da escola durante a pandemia.

Sustentabilidade

- 4) Carência de uma perspectiva de longo prazo que leve em conta o tempo necessário para monitorar e identificar as possibilidades e limitações do currículo.

5) Ausência de análise e construção de políticas curriculares a partir de uma perspectiva mais abrangente e coletiva.

6) Recursos financeiros suficientes para a implementação do currículo, considerando as condições e fatores associados.

Articulação

7) Pouca apropriação das definições curriculares pelos atores educacionais, especialmente pelas equipes docentes.

8) Desconexão entre definições curriculares, formação e práticas docentes, a fim de analisar e rever práticas com uma perspectiva pedagógica e didática.

9) Políticas públicas fragmentadas, juntamente com definições de currículo que estão desconectadas das políticas que favorecem sua devida implementação (por exemplo, políticas de formação de professores, condições de trabalho, conectividade digital, entre outras).

10) Falta de uma abordagem abrangente e coletiva que reconheça a existência de diferentes prioridades de diferentes setores (política educacional, gestão e sindicatos, por exemplo).

11) Dificuldades de reconfigurar as prioridades curriculares no contexto da pós-pandemia por meio de habilidades e reflexões sobre como organizar o currículo.

Contexto

12) Limitações no reconhecimento da diversidade e particularidades de diferentes territórios com o que deveria estar mais estreitamente ligado às realidades específicas do contexto.

13) Sobrecarga de conteúdo curricular, mantendo altas expectativas de aprendizado, mas sem sobrecarregar os detalhes de sua prescrição.

14) Deficientes métodos de articulação de diferenças etnolinguísticas nas comunidades e resistência ao currículo devido a diferenças culturais.

15) Dificuldades em procurar descomprimir a ideia de cobertura curricular e pouca flexibilidade para a gestão curricular nos estabelecimentos educacionais.

RECOMENDAÇÕES

Legitimidade

1) Realizar reformas curriculares através de extensos processos de consulta com atores estratégicos (especialmente docentes, estudantes e suas famílias), assegurando seu envolvimento e participação nas diferentes etapas do processo de desenvolvimento curricular: e que isso permita projetar considerando todas as vozes, com base num amplo consenso social. Dar especial atenção à necessidade de incorporar professores desde o início do processo e ao longo das diferentes etapas.

2) Reconhecer e fortalecer o papel de professores na construção de políticas curriculares, garantindo condições de tempo e espaço para o trabalho de compreensão, apropriação e planejamento do currículo (em particular, salvaguardando os mecanismos de intercâmbio com os sindicatos).

3) Assegurar tempo docente e espaço para o diálogo e participação em discussões, que muitas vezes são mais técnicas, mas que precisam ser abertas.

4) Oferecer propostas curriculares abrangentes com ênfase em todo o percurso formativo.

5) Fortalecer as capacidades institucionais para processos de desenvolvimento curricular através da criação de equipes de desenvolvimento curricular que incluam espaços para diálogo e intercâmbio com professores e equipes de gestão; processos sistemáticos e de base ampla de participação cidadã; estratégias periódicas de monitoramento e avaliação curricular para tomada de decisões (que considerem processos de sistematização e documentação de experiências para fornecer feedback para definições curriculares e que tenham uma composição baseada em equipes escolares).

6) Promover a participação de diferentes atores no processo de elaboração e desenvolvimento de políticas curriculares, a fim de favorecer sua posterior implementação e implantação no sistema educacional.

Sustentabilidade

7) Definir ciclos de desenvolvimento curricular que proporcionem certeza jurídica, de modo a ter continuidade curricular e uma visão de Estado sobre o assunto, baseada em amplo consenso social (a esse respeito, alguns grupos apontaram explicitamente a necessidade de evitar mudanças contínuas ligadas principalmente a mudanças de governo).

8) Reforçar uma visão abrangente das definições curriculares que inclua mais explicitamente um foco no desenvolvimento socioemocional, atenção à diversidade, e que seja orientada para uma visão mais humana do desenvolvimento. Essa recomendação foi considerada especialmente relevante em vários dos grupos, dada a importância de tornar as definições curriculares atraentes e relevantes para os desafios do mundo de hoje, especialmente do ponto de vista da juventude.

9) Considerar um desenho claro nos princípios básicos e nos detalhes de aprendizagem (risco de sobrecarga), mantendo, ao mesmo tempo, o princípio de equidade e altas expectativas formativas.

10) Considerar um desenho claro nos princípios básicos e nos detalhes de aprendizagem (risco de sobrecarga), mantendo, ao mesmo tempo, o princípio de equidade e altas expectativas formativas.

Articulação

11) Assegurar coerência sistêmica com outras políticas (formação de professores, condições de trabalho, gestão escolar, de cuidado e digitais), com materiais, avaliação, e entre os diferentes níveis de apoio técnico-pedagógico.

12) Aprofundar a formação de professores em didática, metodologias inovadoras, aprendizagem ativa e contextualizada.

13) Organizar espaços virtuais para divulgação e formação sobre questões curriculares (por exemplo, institutos de formação docente online).

14) Desenvolver estratégias de formação de professores que considerem adequadamente o tempo necessário, definam etapas realistas e progressivas, e sejam acompanhadas de unidades de apoio e recursos para apropriação curricular, disponíveis para os diferentes níveis da trajetória educacional.

15) Assegurar um currículo que equilibre as habilidades para a vida e as habilidades para o mundo do trabalho, especialmente do ponto de vista da juventude.

Contexto

16) Avançar em uma arquitetura e organização curricular que permita estruturar uma base comum e uma parte mais flexível, a fim de dar espaço real à contextualização, de acordo com as realidades territoriais.

17) Desenvolver padrões que orientem os processos de contextualização curricular, articulando e ilustrando a aprendizagem mínima comum e permitindo maior flexibilidade. Desta maneira, tanto a apropriação curricular como a identificação de elementos que podem ser contextualizados em diferentes realidades podem ser favorecidas, sem renunciar ao princípio da equidade nas definições curriculares.

18) Propor um currículo flexível e articulado que compreenda a diversidade de contextos e as lacunas que os atravessam.

19) Reforçar as estruturas de apoio técnico-pedagógico e as capacidades técnicas institucionais dos ministérios, a fim de apoiar a contextualização das propostas pedagógicas, com base no conhecimento das necessidades das escolas.

